



CRIMINAL, AUDITORIA MILITAR, VARA DE EXECUÇÕES DE MEDIDAS E PENAS ALTERNATIVAS, VARA ESPECIALIZADA DA VIOLENCIADOMÉSTICA FAMILIAR CONTRA MULHER, MATÉRIA DE NATUREZA CRIMINAL DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E PRECATÓRIAS E VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Dr. GENESINO BRAGA NETO
Juiz Auxiliar: Dr. JAMES OLIVEIRA DOS SANTOS
10ª VARA CRIMINAL (Portaria n.º 234/2017-PTJ, de 07.02.2017)
 Diretora de Secretaria: **Marly Paula de Paiva**
 End.: Fórum Ministro Henoch da Silva Reis – Rua Paraíba,
 S/N – Aleixo – Setor 03 – Térreo – Telefones do Plantão: 3303-
 5144 / 98455-6551

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, em Manaus,
 17 de fevereiro de 2017.

Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**
 Presidente

P OR T A R I A N.º 333/2017 – PTJ

O Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 1.272/2015-PTJ, publicada no DJe de 04.8.2015, que disciplina a realização de Audiências de Custódia no âmbito do Poder Judiciário, a ocorrerem, em caráter experimental, na Comarca de Manaus,

RESOLVE:

I – DESIGNAR para o exercício da função de **JUÍZ DE CUSTÓDIA**, no período **20.02.2017 a 26.02.2017**, o Excelentíssimo Juiz de Direito **Dr. GENESINO BRAGA NETO**, **Juiz Titular da 10ª Vara Criminal**, e o **Dr. JAMES OLIVEIRA DOS SANTOS**, como **Juiz Auxiliar do Plantonista**.

II – ESCLARECER que o apoio administrativo ao Magistrado designado na forma do item I, quando da realização das Audiências de Custódia a seu cargo, será prestado:

a) pela Secretaria da **10ª VARA CRIMINAL** e Diretora da Secretaria **Marly Paula de Paiva**;

b) por 02 Servidores indicados pelo magistrado e designados pelo Desembargador Diretor do Fórum Ministro Henoch Reis, nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 1.272/2015-PTJ;

III – DETERMINAR que as audiências de custódia **abranjam a todos os Distritos Policiais**, devendo apresentar, obrigatoriamente, toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, em até 24 horas da comunicação do flagrante, à autoridade judicial aqui designada, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.

IV – ATRIBUIR ao Juiz de Custódia designado neste ato, a Gratificação pelo Exercício Cumulativo de Atribuições, em valor proporcional ao período objeto da designação e aos servidores o valor da gratificação de plantão judicial.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, em Manaus,
 17 de fevereiro de 2017.

Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**
 Presidente

P OR T A R I A N.º 343/2017 – PTJ

O Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2.º da Portaria n.º 1.272/2015-PTJ, publicada no DJe de 04.8.2015, que disciplina a realização de Audiências de Custódia no âmbito do Poder Judiciário, a ocorrerem, em caráter experimental, na Comarca de Manaus,

RESOLVE:

I – ALTERAR a Portaria nº 269/2017-PTJ, de 09.02.17, designando para a função de **JUÍZ DE CUSTÓDIA**, no período de **17.02.2017 a 19.02.2017**, os Excelentíssimos Juízes de Direito **Dra. CAREEN AGUIAR FERNANDES** e **Dr. IGOR DE CARVALHO LEAL**.

II – ESCLARECER que o apoio administrativo aos Magistrados designados na forma do item I, quando da realização das Audiências de Custódia, será prestado:

a) pela Secretaria da **7ª VARA CRIMINAL** (Portaria n.º 234/2017-PTJ, de 07.02.2017). Diretora de Secretaria **Maria do Socorro Almeida da Silva**.

b) por 04 Servidores indicados pelos magistrados e designados pelo Desembargador Diretor do Fórum Ministro Henoch Reis, nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 1.272/2015-PTJ;

III – DETERMINAR que as audiências de custódia **abranjam a todos os Distritos Policiais**, devendo apresentar, obrigatoriamente, toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, em até 24 horas da comunicação do flagrante, às autoridades judiciais aqui designadas, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.

IV – ATRIBUIR aos Juízes de Custódia designados neste ato, a Gratificação pelo Exercício Cumulativo de Atribuições, em valor proporcional ao período objeto da designação e aos servidores o valor da gratificação de plantão judicial.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, em Manaus,
 17 de fevereiro de 2017.

Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**
 Presidente

P OR T A R I A N.º 00341/2017-PTJ

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e,

CONSIDERANDO o disposto no inciso III do Art. 54 e § 2º do Art. 55, da Lei Complementar 101 de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º – TORNAR PÚBLICO, inclusive por meio eletrônico, a republicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de JANEIRO/2016 a DEZEMBRO/2016 (3º Quadrimestre).

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de fevereiro de 2017.

Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**
 Presidente



RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

ESTADO DO AMAZONAS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	473.048.417,90	0,00
Pessoal Ativo	333.480.598,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	139.567.819,37	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	46.492.832,45	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.354.758,79	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	44.138.073,66	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	426.555.585,45	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.395.630.934,00	3,74
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	683.737.856,04	6%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	649.550.963,24	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	615.364.070,44	5,40%

FONTE: Sistema AFI, Divisão de Orçamento e Finanças, 03/02/2017 às 09h24m

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Eduardo Martins de Souza

Dir. da Divisão de Orçamento e Finanças
C.R.C nº AM-013476/O-5

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

Presidente do TJ/AM

Nabiha Monassa Abinader da Rocha
 Secretaria de Controle Interno da
 Gestão Adm e Financeira



Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Modelo para Demonstrativo da Despesa com Pessoal detalhada mensalmente

ESTADO DO AMAZONAS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM
	LIQUIDADAS												
	<MR-12>	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	54.890.480,62	36.868.846,47	36.886.382,82	36.043.455,77	35.954.287,94	35.838.462,89	49.913.724,47	37.023.601,07	37.251.193,99	37.324.581,13	37.191.551,70	37.861.849,03	473.048.417,90
Pessoal Ativo	40.305.810,57	26.646.149,82	25.349.647,05	24.865.768,90	24.951.569,20	24.910.078,93	37.850.304,25	25.274.102,67	25.447.644,62	25.798.353,62	25.742.640,76	26.338.528,14	
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.584.670,05	10.222.696,65	11.536.735,77	11.177.686,87	11.002.718,74	10.928.383,96	12.063.420,22	11.749.498,40	11.803.549,37	11.526.227,51	11.448.910,94	11.523.320,89	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.230.943,32	3.498.431,31	3.701.212,95	3.165.993,96	3.233.688,24	3.305.426,53	3.926.096,17	4.223.379,45	4.268.343,89	4.250.041,13	4.300.662,90	4.388.612,60	46.492.832,45
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	66.588,50	173.404,63	444.971,14	263.803,55	450.855,07	569.825,44	0,00	165.654,28	141.928,09	26.446,06	19.064,29	32.217,74	
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	4.164.354,82	3.325.026,68	3.256.241,81	2.902.190,41	2.782.833,17	2.735.601,09	3.926.096,17	4.057.725,17	4.126.415,80	4.223.595,07	4.281.598,61	4.356.394,86	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	50.659.537,30	33.370.415,16	33.185.169,87	32.877.461,81	32.720.599,70	32.533.036,36	45.987.628,30	32.800.221,62	32.982.850,10	33.074.540,00	32.890.888,80	33.473.236,43	426.555.585,45
													0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		11.395.630.934,00	3,74%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)			
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		683.737.856,04	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		649.550.963,24	5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		615.364.070,44	5,40%

FONTE: Sistema AFI, Divisão de Orçamento e Finanças, 03/02/2017 às 09h24m

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso Nota:

Eduardo Martins de Souza

Dir. da Divisão de Orçamento e Finanças
C.R.C nº AM-013476/O-5

Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**

Presidente do TJAM

Nabila Monassa Abinader da Rocha
Secretaria de Controle Interno da
Gestão Adm e Financeira



Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

ESTADO DO AMAZONAS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores (b)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores Do Exercício (c)	Demais Obrigações Fiancarias (d)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	221.912.845,16	0,00	0,00	0,00	105.795.953,97	0,00	5.846.389,68
TJAM	123.981.253,37						5.846.389,68
FUNJEAM	97.931.591,79						
Depósitos TJA					1.606.772,81		
Consignações do Exercício					104.068.102,12		
Consignações - De exercício anterior					121.079,04		
Depósitos Div. Origens							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
< Identificação do Recurso Não Vinculado >							
< Identificação do Recurso Não Vinculado >							
< Identificação do Recurso Não Vinculado >							
--							
--							
--							
TOTAL (III) = (I + II)	221.912.845,16	0,00	0,00	0,00	105.795.953,97	116.116.891,19	5.846.389,68

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: Sistema AFI, Divisão de Orçamento e Finanças, 03/02/2017 as 09h24m

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Eduardo Martins de Souza

Dir. da Divisão de Orçamento e Finanças
C.R.C nº AM-013476/I-5

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

Presidente do TJ/AM

Nabila Monassa Abinader da Rocha
 Secretaria de Controle Interno da
 Gestão Adm e Financeira


Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

ESTADO DO AMAZONAS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	11.395.630.934,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	426.555.585,45	3,74%
Límite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	683.737.856,04	6,00%
Límite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	649.550.963,24	5,70%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Divida Consolidada Líquida		
Límite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Límite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.846.389,68	116.116.891,19

FONTE: Sistema AFI, Divisão de Orçamento e Finanças, 03/02/2017 às 09h24m

Eduardo Martins de Souza
 Dir. da Divisão de Orçamento e Finanças
 C.R.C nº AM-013476/O-5
Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

Presidente do TJ/AM

Nabila Monassa Abinader da Rocha
 Secretaria de Controle Interno da
 Gestão Adm e Financeira